



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 095

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE NOVEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Marcos Isfer e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Antes, gostaria de fazer uma consulta ao Deputado Valdir Rossoni: esta Presidência vai tirar da Ordem do Dia desta Sessão o item 10?

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Entrei com um requerimento para retirada do projeto, mas estava me assegurando da retirada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos retirar da Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1726

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 382/2004, item 10 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.11.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Abrigo-Lar da Infância de Jacarezinho, com sede e foro no Município de Jacarezinho. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2004, de 04/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 267/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Abrigo-Lar da Infância de Jacarezinho, com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/2004, de autoria do Deputado Doutor Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite de São Carlos do Ivaí, com sede no município de São Carlos do Ivaí e foro no Município de Paraíso do Norte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2004, de 11/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 297/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Doutor Luciano Ducci, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite de São Carlos do Ivaí, com sede no Município de São Carlos do Ivaí e foro no Município de Paraíso do Norte.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2004, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$575.186,00 ao orçamento do Fundo Penitenciário. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 319/2004

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, no valor de R\$575.186,00 (quinhentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e seis reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de Superávit Financeiro do Fundo Penitenciário - FUPEN, apurado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo anterior desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica criado o Anexo de Obras no Fundo Penitenciário - FUPEN, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, conforme Anexo III desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) PODER EXECUTIVO

SUPLEMEN- TAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I						FL.01 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Desp- esa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP	
4900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA							
4960	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN							
2255	ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN	4490.51	250	95	L	575.186	1434	
					Total	575.186		

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXOII				FL.02 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Pro- cesso	
4960	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA					
1990.05.50	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN					
	Saldo de Exercício Anteriores	250	95	575.186	1434	
				Total	575.186	

CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE OBRAS		ANEXO III				FL.03 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Alo	Valor	Pro- cesso
4900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA					
4960	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN					
2255	ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN					
950	ESTADO					
0001	Construir, ampliar, reparar e melhorar as Unidades do Sistema Penitenciário (N)	250	95	L	575.186	1434
TOTAL		C.F.		L	575.186	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 319/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafo foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 023/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta dispor sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 575.186,00 (quinhentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e seis reais), ao vigente orçamento do Fundo Penitenciário-FUPEN.

Na justificativa o autor diz que a medida visa a dar aporte financeiro com criação da obra nº 001 - Construir, Ampliar, Reparar e Melhorar as Unidades do Sistema Penitenciário, visando atender as Unidades abaixo:

- Construção no Setor de Ensino Penitenciário Estadual de Maringá;

- Reforma e ampliação de edificação para a instalação da Penitenciária Feminina de Regime Semi-Aberto;
- Construção de 2 (dois) Barracões na Colônia Penal Agrícola;
- Construção de Cisterna na Casa de Custódia de Londrina;
- Construção de Guarita na Penitenciária Estadual de Piraquara;
- Construção de Guarita na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.

Aduz ainda, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2003, do Fundo Penitenciário - FUPEN.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz

respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 5º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 5º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da Emenda Modificativa.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 319/2004

Art. 1º - Modifica o artigo 5º do Projeto de Lei nº 319/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 319/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 575.186,00 ao vigente orçamento do Fundo Penitenciário - FUPEN.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 319/2004.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Perseverança, com sede e foro no Município e Comarca de Medianeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2004, de 30.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 322/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Perseverança, com sede e foro no Município de Medianeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.2004

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENERI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Programa de Rastreamento do Câncer Colo-Retal no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2004, de 30/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 327/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 327/2004, de autoria da Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, tem por desígnio, instituir no Estado do Paraná o Programa de Rastreamento do Câncer Colo-Retal.

O projeto de lei ora sopesado, tem por desígnio dar eficácia no tratamento da doença que dispõe, através do seu diagnóstico precoce, o que pode vir a reduzir consideravelmente o índice de mortes em decorrência desta enfermidade, proporcionando maior qualidade de vida à população.

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do seu mérito.

Diante da situação ora gizada, observemos que o embasamento legal para o presente projeto de lei encontra-se no artigo 23, II, da Constituição Federal, que ressalta a competência comum para legislar sobre a saúde como depreendemos da transcrição abaixo:

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Corroborando com este entendimento, a Carta Magna estadual, ainda contempla a hipótese tratada por este projeto de lei, resguardando a competência da Assembléia Legislativa para este intento. Observe-mos:

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

V - Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

Deve-se salientar que no corpo do projeto de lei não se observa qualquer ofensa ao baldrame legal e constitucional brasileiro e paranaense.

Portanto, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, obste a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a ceder uso de imóvel ao Município de Formosa do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2004, de 31/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 329/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 329/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Duílio Genari, tem por desígnio autorizar o Poder Executivo a ceder uso de imóvel ao Município de Formosa do Oeste, do imóvel que especifica, situado neste Município e Comarca.

O projeto de lei ora analisado, pretende ceder o uso do imóvel estadual especificado no corpo da lei ao Município de Formosa do Oeste, para que lá funcionem as Associações que especifica. Com efeito, cabe-nos

nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do seu mérito.

A Carta Magna estadual ainda contempla a hipótese tratada por este projeto de lei, resguardando a competência da Assembléia para este intento. Observe-mos:

“Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XIII - Bens do domínio público:

(...)”

Deve-se salientar que no corpo do projeto de lei não se observa qualquer ofensa ao baldrame legal e constitucional brasileiro e paranaense, observando-se que grava o imóvel com as correlatas cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Portanto, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, obste a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara e reconhece como sendo de Utilidade Pública Estadual a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2004, de 01/09/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 330/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Delegado Bradock, declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Instituto para Otimização da Aprendizagem - INODAP, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2004, de 20/09/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 338/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública o Instituto para Otimização da Aprendizagem - INODAP, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro-Oeste do Paraná de Estudos e Combate ao Câncer - ACOPECC, com sede e foro no Município de Guarapuava. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 084/2004, de 21/09/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 350/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, declara de Utilidade Pública a Associação Centro-Oeste do Paraná de Estudos e Combate ao Câncer - COPECC, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo construir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta,

sociedade com a ELETROSUL. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 094, de 03.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 382/2004

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 028/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar o Poder Executivo, nos termos desta lei, a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.

Na justificativa o autor diz que o aumento do consumo de energia criado pela política de desenvolvimento atual impõe ao Governo Estadual a responsabilidade de proceder a ações que possibilitem atender à implantação de infra-estrutura, com vistas a obter elevada margem de segurança, confiabilidade, conforto e bem-estar para os paranaenses.

Nesse contexto, em função da necessidade de interligação das linhas de transmissão da rede básica visando ao transporte de energia produzida pelas usinas do Rio Iguaçu, as linhas de transmissão no Estado proporcionarão um novo caminho para os fluxos de energia. Propõe-se, assim, a participação da COPEL nos empreendimentos requeridos, com vistas a melhoras significativas, pelas quais serão evitados cortes de energia programados e indisponibilidades acidentais, por meio das novas linhas de transmissão, beneficiando o consumidor paranaense em termos de qualidade e custo de energia.

Desta forma, a participação da COPEL possibilitará o bom desempenho das obrigações derivadas do contrato de concessão, uma vez que a Companhia dispõe dos recursos e habilidades suficientes para cumprir os misteres resultantes da concessão, sem descuidar do interesse público inerente.

Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.10.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 382/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a constituir por intermédio da Companhia Paranaense de Energia- COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a ELETROSUL.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 382/2004.

Sala das Sessões, em 03.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 382/2004, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 382/2004.

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 010/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que sugere que a Escola de Música e Belas Artes do Paraná- EMBAP e a Faculdade de Artes do Paraná- FAP, fiquem integradas em uma só autarquia. Denominada Universidade de Artes do Paraná- UAP, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CECE. Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2004, de 13.04.2004).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 010/2004

P A R E C E R :

A Indicação 010/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, sugere que a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP fiquem integradas em uma só autarquia, denominada Universidade de Artes do Paraná - UAP.

Nos termos do disposto na Lei nº 13.283, de 26 de outubro de 2001, a EMBAP e a FAP estão integradas à Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR.

A proposta do Deputado Carlos Simões é viável e oferece caminho de organização e desenvolvimento para o ensino da arte no Estado, proporcionando economicidade na ampliação dos recursos públicos. Contudo, a iniciativa do projeto de lei é privativa do Chefe do Poder Executivo, razão pela qual formulou a Indicação em análise.

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à tramitação da Indicação nº 010/2004, excluindo-se os incisos V a VIII, porque são atribuições privativas do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 026/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que sugere a criação no currículo escolar do ensino médio da disciplina de Legislação Social, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CECE. Aprovada. (Publ. no DA. nº 074/2004, de 24.08.2004).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

P A R E C E R :

A Indicação nº 026/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, solicita a criação, no currículo escolar do ensino médio, da disciplina de Legislação Social, com ênfase nos princípios básicos da constituição (cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa), bem como noções básicas de direito civil (direitos da personalidade, nome, imagem, intimidade, honra, capacidade, emancipação, contrato de compra e venda, locação, posse, propriedade, formação de associações e sociedades, casamento, regime de bens, divórcio, alimentos, guarda de filhos, direitos sucessórios); noções básicas de direito do consumidor, noções básicas de direito do trabalho (direito e deveres dos empregados, representação sindical).

A matéria em questão é regulada pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996) e esta, no parágrafo primeiro, do artigo 26, dispõe o seguinte: "Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil".

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à tramitação da Indicação 026/2004.

Sala das Comissões, em 19.10.2004
(aa) TADEU VENERI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, às 10:00 horas da manhã, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2004.

E ainda, convidar os Srs. Parlamentares para uma reunião na sala da Presidência, junto com os técnicos da COPEL, que esclarecerão e tentarão esclarecer as dúvi-

das referentes ao Projeto de Lei nº 382/2004 do Poder
Executivo.

Levanta-se a Sessão.